



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

### CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

#### Ata da 11ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Local: Sala de Reunião da SEPLAN – 5º andar PCR

Data: 23/10/2018

Horário: 09:30 às 13:00h (manhã)

#### Pauta:

- ✓ Aprovação da ata da 8ª Reunião do GT POT
- ✓ Discussão do processo de eleição de delegados para Conferência do Plano Diretor

#### Participantes da reunião do GT POT:

- ✓ Dos conselheiros do poder público presentes: João Domingos, Glória Brandão, Fernando de Alcântara, Inamara Melo, Sandra Nunes, Alexandre Ramos, Norah Neves, Luciana Felix, Mana Avelino.
- ✓ Dos conselheiros de entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Cristiana Correia (CAU/PE), Sandra Pires (OAB/PE), Ronaldo Coelho (HABITAT), Danielle Rocha (UFPE).
- ✓ Dos Conselheiros do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: João José da Silva (MLPC), Rodrigo Barbosa (Coque), Giancarlo dos Lírios (MLRT), Degenildo Trajano (PREZEIS).
- ✓ Dos técnicos da PCR e Equipe Técnica do POT: Paula Bittencourt (Poder Público), João Victor (Poder Público), Adriana França (Poder Público), Jane Toscano (Poder Público), Eliane Cabral Lima (Poder Público), Ângela Carneiro da Cunha (Gabinete de Jayme Asfora), Rodrigo Tavares (Consórcio), Rodrigo Callou (Consórcio).

#### Resumo da reunião:

##### ✓ Aprovação da Pauta:

João Domingos apresentou a pauta da reunião, que foi aprovada.

##### ✓ Resumo da reunião do Grupo de Trabalho

Cristiana CAU informou haver verificado que seu nome não consta na lista dos presentes da ata da 8ª reunião do GT-POT. Solicitou retificar.



## CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

### Ata da 11ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

João José (MLPC) informou que na décima página, no 3º parágrafo e no 7º parágrafo, tem um erro de digitação. Também solicitou ajustar a sigla do seu movimento - **MLPC**.

João Domingos (Poder Público) informou que todos ali presentes receberam o caderno preliminar de propostas e questionou se o grupo já havia acessado o material através do site. Explicou que o material está estruturado em 08 capítulos e, em seguida, fez uma breve apresentação no intuito de esclarecer como tinha sido pensado referido documento.

Sandra Pires (OAB/PE) solicitou novamente a síntese do diagnóstico e a análise crítica do Plano Diretor atual, como ponto de referência para essa próxima etapa. Questionou como está o andamento dessa solicitação, a fim de possibilitar uma rica discussão na próxima etapa.

João Domingos (Poder Público) respondeu que a gestão está finalizando o diagnóstico, incorporando as críticas e sugestões. A análise crítica está posta no documento, mas também foi sistematizado um documento de uma forma mais crítica e compacta a fim de dar essa resposta. Esse documento será publicado até quinta-feira (25/10/2018). O Diagnóstico Final será disponibilizado até sexta-feira (26/10/2019).

João Domingos informou que os documentos mencionados são complementares e que permearão o ciclo das audiências devolutivas e as Oficinas por Segmentos.

Aproveitou a oportunidade para informar que o ferramental para contribuições, em cima do texto do caderno preliminar de propostas, está disponível no site do Plano Diretor, há cerca de uma semana. Pontuou que essas contribuições serão extraídas e sistematizadas em relatório. Informou também que, até o dia 26/10, será acrescentado ao site uma outra interface de contribuições em cima dos mapas.

Danielle Rocha (UFPE) expôs que a Universidade Federal está tentando alinhar e sistematizar as suas contribuições em cima dos produtos propostos e do processo como um todo.

Reiterou a solicitação de Sandra Pires (OAB/PE) a respeito da síntese do diagnóstico em relação às propostas e da revisão do Plano vigente. Entende que esse material precisaria ser exposto com uma maior antecedência a fim de subsidiar as discussões das Audiências Públicas Devolutivas. Pontuou que, para os técnicos da área, existirá menos dificuldade em assimilar os produtos. Entretanto, acha muito complicado o acesso às informações por parte da população em geral. Considera que existe uma certa precipitação na execução das Oficinas por Segmento, devido ao momento turbulento das eleições e do pouco tempo para maturar os produtos que estão sendo desenvolvidos pelo ICPS e pela Consultoria.

João Domingos (Poder Público) informou que o Caderno Preliminar de Propostas foi disponibilizado com a devida antecedência e que os demais documentos estão na reta final do seu desenvolvimento, buscando facilitar e melhorar a comunicação e acesso aos documentos. Entende que a análise crítica ao Plano Diretor, de certa forma, já foi feita.



## CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

### Ata da 11ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Com relação à metodologia, ele informou que os produtos que vêm sendo desenvolvidos (Diagnóstico, Caderno de Propostas, síntese do diagnóstico e a análise crítica ao Plano Diretor vigente) servirão de insumos para as próximas etapas.

Pontuou que o processo não se encerrará com as audiências devolutivas e que existe a necessidade de um intervalo entre as mencionadas audiências devolutivas e as Oficinas por Segmentos, para que se possam sistematizar as contribuições da interface virtual ou as realizadas durante as Audiências Públicas, a fim de se chegar às Oficinas por Segmento com o produto mais maduro e com as contribuições incorporadas. Esclareceu que durante todo esse período a interface virtual estará aberta a contribuições.

Danielle Rocha (UFPE) informou que sua solicitação era que fosse feito um paralelo entre as contribuições realizadas no diagnóstico e o que surgiu de proposta a partir daquela contribuição.

João Domingos (Poder Público) afirmou que pretende apresentar o que houve de contribuição e o que surgiu de propostas, agora na próxima etapa das devolutivas.

Sandra (OAB/PE) informou que a ideia de Danielle é importante e que se preocupa com a disponibilização dos insumos em cima da hora. Entende que a ideia apresentada por Danielle de haver uma correlação entre as contribuições realizadas na fase do diagnóstico e o que está sendo proposto, pode suavizar esse problema. Pontuou que, apesar dos documentos serem disponibilizados com pouca antecedência, as Oficinas Temáticas foram objeto de votação no Conselho, ficando difícil de retroceder com a agenda proposta. Lamenta não haver uma semana de intervalo entre as Audiências Públicas e as Oficinas para depurar o resultado das devolutivas.

Norah Neves (Poder Público) informou que acha boa a proposta de Danielle, mas que consegue identificar muito do que houve como contribuições nos debates, nas oficinas, nas escutas, dentro daquele caderno de propostas. Expôs que a gestão vem em um esforço grande e que os avanços que conseguiu-se ao longo do tempo foram muito importantes. Ela informou que conseguiu identificar alguns avanços relevantes para a Cidade do Recife, sobretudo no tocante às ZEIS.

João José (MLPC/PE) destacou que fez essa mesma cobrança e que realçou as diversas variáveis desse processo na reunião do CDU da semana passada. Esclareceu que o processo é bem atropelado, não se teve uma síntese do Diagnóstico e apesar de concordar com Norah em alguns pontos no tocante ao Caderno de Propostas, afirmou que não consegue fazer um link entre este e o Diagnóstico. Ressaltou que o processo é atropelado e a proximidade com as audiências públicas devolutivas complica ainda mais a análise aprofundada desses documentos.

Expôs que faltam alguns elementos nesse processo. Exemplificou, citando os equipamentos de esporte e lazer, campos e várzeas, quadras poliesportivas, academias da cidade, pistas de skates, entre outros, que, a seu ver, não foram contemplados.

Em continuidade, João José comentou que não aparece no mencionado documento, mais precisamente no sistema de gestão democrática, nada do Fundo Municipal do Prezeis nem do Sistema Prezeis e que isto teria que estar, pois hoje o Prezeis sofre com o sistema de gestão.



## CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

### Ata da 11ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Falou também da falta de participação por parte da gestão municipal no Fórum do Prezeis e pontuou que, pra fortalecer o sistema de gestão democrática, tem que estar participando dele, senão não consegue aprovar nada. Já que é uma gestão compartilhada, deve haver presença dos dois lados.

Frisou que nas ZEIS 02 e ZEIS 03 não foi levado em consideração o sistema Prezeis. Comentou que não se pode copiar o modelo de São Paulo, pois a cidade do Recife é muito diferente daquela. Salientou que serão necessários novos debates a respeito das ZEIS 03. Com referência à mobilidade, registrou que se comentou no CDU que, apesar do Consórcio Metropolitano, apenas duas cidades o integram. Ele entende que as cidades precisam estar juntas e questiona como tratar essa situação. Salientou que é de suma importância dizer que, apesar da discordância dos processos, o grupo tem participado ativamente.

Rodrigo Barbosa (Coque) informou que teve uma conversa dentro da comunidade e solicitou à gestão que fosse criada uma cartilha apresentando o que é o Plano Diretor, para levar essa discussão para dentro da comunidade antes da Conferência. Entende que houve um avanço, que o produto é muito valioso, mas que precisa se apropriar mais das informações, para levar para a comunidade. Na ocasião, solicitou que fosse criada uma escuta em fórum aberto, pois entende que quem participou até o momento foi minoria.

Giancarlo dos Lírios (MLRT) reforçou o que Rodrigo falou a respeito da necessidade dessa cartilha, pois as comunidades têm muita dificuldade de entender o que é um Plano Diretor.

Ponderou que tudo o que está sendo discutido vai para a Câmara e que ela fará mudanças, então é preciso essa cartilha para subsidiar os movimentos sociais, visando à mobilização para lutar pelos pontos que acreditam ser importantes.

Pontuou que não viu nenhum interesse da gestão em fazer esse material popular, com linguagem simples. Esclareceu também que, apesar de muitas divergências, existe a participação ativa desse grupo.

Sandra Pires (OAB) reforçou a solicitação de Giancarlo e que, antes mesmo disso ser falado, ela chegou a se perguntar o porquê de sua filha, por exemplo, não estar discutindo o Plano Diretor na escola dela. Comentou que os jovens estão totalmente alheios a essa discussão. Ressaltou que a discussão não é ampla como todos gostariam que fosse e isso é falho. Reiterou a necessidade da produção dessa cartilha e esclareceu que o canal da internet é insuficiente. Destacou a necessidade de se ter outros canais de discussão do PD para que se aproxime mais dessa discussão junto à população.

Cristiana CAU PE apoia a divulgação da cartilha.

Ronaldo Coelho (HABITAT) reiterou que a cartilha e que a capacitação das comunidades é uma solicitação recorrente desde o início do processo. Quanto às Oficinas acontecerem logo no pós eleição, considera que as pessoas não conseguirão ler o material a ser publicado até a sexta-feira, durante o fim de semana.

4

**CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE**

**Ata da 11ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL**

Frisa que, mesmo que tardiamente, é importante a publicação da cartilha e reitera que a única forma de contribuição dessas pessoas é o canal da internet, já que não haverá eleições por RPA.

Ângela Carneiro da Cunha (Gabinete de Jayme Asfora) fala em acessibilidade como uma linguagem para todos. Entender para que público se fala é fundamental. Então, todos os trabalhos precisam ser iniciados com sensibilização e capacitação, para que as pessoas entendam a importância daquele trabalho. Pontuou que para a população, de uma maneira geral, participar é preciso ter uma linguagem acessível.

Glória Brandão (Poder Público) informou que todos os pontos trazidos seriam levados ao grupo que coordena esse processo. Pontuou que a gestão e, em particular a equipe técnica do ICPS, gostaria de um processo mais amplo e maior. Entretanto, enfatizou que todos têm conhecimento da questão jurídica referente ao prazo a ser respeitado.

Ela enfatizou que a partir de muitas conversas, reuniões, audiências, análises, discussões internas com outros setores da Prefeitura, como também com a Universidade, com o PREZEIS foram obtidos alguns entendimentos que embasaram as propostas que constam no documento Caderno de Propostas. Pontuou que o documento apresentado é fruto de muitas discussões realizadas ao longo dos últimos anos, a partir do processo de elaboração dos vários planos.

Ela destacou que gostaria que cada um conseguisse se enxergar naquele processo que gerou muitos avanços à Cidade do Recife. Afinal, considerou que se tratava de uma conquista resultante da luta de todos e todas.

Danielle Rocha (UFPE) frisou que o Caderno de Propostas apresenta avanços que não se pode negar, citando, como exemplo, o coeficiente único básico. Pontuou como outro avanço a ampliação de algumas ZEIS, com base nos estudos já desenvolvidos em conjunto com a UFPE e a PERPART, mediante convênio com a URB. Destacou que esses avanços são, inclusive, demandas dos Movimentos Sociais.

Destacou a necessidade de reconhecimento da Comunidade do Pilar como ZEIS tipo 01, respeitando-a historicidade do processo de sua ocupação e a luta de seus moradores, permitindo que tal comunidade seja incluída no sistema do PREZEIS.

Entretanto, ela informou que se preocupa com algumas proposições de ZEIS. Reitera a necessidade de serem promovidas novas discussões dentro do PREZEIS referentes às propostas apresentadas no Caderno, dentre estas do coeficiente máximo de 04, por exemplo.

Ressaltou que todas as diretrizes e parâmetros precisam ficar amarrados e remeter para a Lei do PREZEIS, como revisão. Considera que o Plano Diretor está avançando, mas precisa estar alinhado com o PREZEIS. Pontuou a necessidade de se fazer uma leitura e discutir melhor o que precisará de uma revisão.

João José (escutar áudio) comentou que, dos itens pontuados por Glória, ele concorda com muitos deles, mas não com o ponto da improbidade administrativa, que remete ao prazo para execução do plano. Ele informou que houve consulta ao Ministério Público e que poderia ter havido uma negociação, livrando o Prefeito de responder pela extensão do prazo. Entende que existiu uma má



5



## CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

### Ata da 11ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

vontade do campo da gestão municipal para se chegar a um acordo. O intuito era de se ter um tempo maior para debater o Plano Diretor nas microrregiões.

Na ocasião, também registrou sua crítica com a não inclusão dos membros do GT POT nos créditos daquele Caderno de Propostas, quando se tem muitas das propostas feitas por aquele grupo. Questionou também como será trabalhada a regularização dos instrumentos. E como haverá o cruzamento dos levantamentos de imóveis ociosos, que está sendo desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente, com aquele Plano? Ele entende que esse levantamento deveria estar sendo feito pela SEPLAN e não por Meio Ambiente.

Norah Neves (Poder Público) esclareceu que a Secretaria de Meio Ambiente está fazendo um levantamento específico dos imóveis no Bairro do Recife, mas que tem vários órgãos da Prefeitura envolvidos nesse processo, e que esse trabalho envolve as várias áreas da prefeitura, que foi desacelerado devido ao Plano Diretor.

No tocante às ZEIS 3, informou que houve um entendimento da necessidade de se reconhecer os assentamentos consolidados nas áreas com fragilidades ambientais ou dentro de unidades de conservação. Pontuou que a partir do plano de manejo seria estudado o tratamento, mas já ficaria indicado o tratamento adequado para aquela área.

Esclareceu que, desde o princípio, houve uma grita muito grande para se transformar todas as CIS em ZEIS, mas expôs que sua opinião é divergente, em face de vários aspectos, sobretudo de natureza ambiental.

Pontuou que foram mapeadas áreas ambientalmente frágeis, e seria interessante garantir a defesa daquela área, mas que se precisava estar atenta às pessoas que estão ali, sobretudo pela sua renda e condições de moradia. Reiterou a solicitação de Danielle de debater esse tema dentro do Fórum do Prezeis.

Quanto à Comunidade do Pilar, comentou que existem posições e conceitos técnicos divergentes. Contudo, frisou que ela própria defende que dita comunidade seja classificada como ZEIS 01. Pontuou que isto dependerá de discussões técnicas, mas também políticas, pois dependerá muito do processo de mobilização e organização de seus moradores e do entendimento do Fórum do Prezeis.

Esclareceu que as propostas constantes do Caderno são preliminares, a partir de um processo que está sendo construído, mesmo que com falhas e dificuldades, mas que entende que estão sendo envidados esforços para uma construção coletiva, com a participação popular. Considera que são muitos os avanços já registrados na propostas, os quais são extremamente importantes, pois são objetos de luta da população e que hoje estão sendo assumidos como propostas neste processo de revisão do Plano Diretor.

Rodrigo Barbosa (Coque) questionou sobre a dificuldade de liberação de verba para a gestão do PREZEIS.

Glória Brandão (Poder Público) esclareceu que no Caderno de Propostas Preliminares não constara o GT POT e a relação de seus integrantes, porque isto não havia sido discutido ali e o entendimento é de que se tratava de um documento produzido pela gestão municipal a ser



## CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

### Ata da 11ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

submetido à discussão com a população e com o próprio GT. Portanto, de responsabilidade da Prefeitura.

Porém, diante do questionamento formulado pelo Conselheiro João José, indagou aos presentes se todos concordavam em que constasse o nome de cada membro do GT POT nos créditos do Caderno de Proposta, participando, assim, da assinatura do documento.

Quanto à pergunta feita também pelo conselheiro João José acerca dos demais instrumentos, esclareceu que a regulamentação será o próximo passo e que a Lei de Uso e Ocupação do Solo é muito mais localizada, então exige outras rodadas de conversas, inclusive por microrregiões.

Alguns membros do GT, como Giancarlo dos Lírios e Sandra Pires entendem que o Grupo precisa avaliar o produto antes de assiná-lo.

João José (MLTC) esclareceu que levantou essa questão, pois muitas das proposições foram construídas naquele fórum, então, mesmo que não se assine, era pra se ter o registro que também houve a participação do GT POT naquele documento.

Fernando Alcântara (Poder Público) sugeriu inserir o GT POT grupo na parte de contribuições do processo, com o que todos concordaram.

Degenildo Trajano (PREZEIS) informou que, referente às ampliações das ZEIS, entende que houve avanço, mas registrou que houve muito atropelo. Após visitas das ZEIS era pra se ter dado uma devolutiva às COMULs e a publicação ocorreu antes mesmo da devolutiva.

Pontuou que não atenderam as solicitações de incorporação de terrenos vazios nas áreas ZEIS.

Danielle Rocha (UFPE) questionou se esse tema não poderia ser tratado nas oficinas.

Norah Neves (Poder Público) esclareceu que a proposta será apresentada em reunião do Fórum do PREZEIS, na próxima sexta-feira, e entende que é interessante se rediscutir essa história dos terrenos, pois o fórum é quem vai decidir isso. Pontuou que os terrenos incorporados à Comunidade do Pilar constituiu-se em uma alternativa para solucionar uma problemática existente e não para favorecer os empresários, como alguns chegaram a criticar equivocadamente, a seu ver.

Glória Brandão (Poder Público) apresentou a estrutura do Edital de Chamada Pública para participação de entidades e movimentos sociais/populares na conferência para revisão do Plano Diretor do Recife. Na ocasião, foram discutidos alguns pontos.

Ronaldo Coelho (HABITAT) expôs que o tempo é curto para se discutir ponto a ponto o documento e entende que o produto final tem que passar pelo Conselho.

Giancarlo dos Lírios questionou se a data da Conferência tinha sido discutida com o GT.

Norah Neves (Poder Público) informou que essa data já foi apresentada em momento prévio àquele grupo, mas lembrou que, inicialmente, a conferência aconteceria em outubro, mas depois

7



## CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

### Ata da 11ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

foi estendido o prazo para dezembro deste ano, já em atendimento aos apelos das entidades e movimentos da sociedade civil.

Rodrigo Barbosa (Coque) lembra que, apesar das escutas, a participação popular será na Conferência e pode gerar muito problema, pois muitos poderão alegar que não participaram antes.

Rodrigo Callou (Consórcio) informou que a discussão referente às alterações de propostas durante a Conferência está sendo pensada, mas esse funcionamento interno da conferência será feito por ocasião da discussão do Regimento dela. Pontuou que o que está em pauta agora é o chamamento das entidades e movimentos sociais para participação nas Oficinas de seus Segmentos, quando então serão eleitos quais deles poderão participar da conferência, indicando seus delegados.

Rodrigo Tavares (Consórcio) reforçou a fala de Rodrigo Callou e esclareceu que haverá vários documentos que servirão de base ao documento do Regimento Interno da Conferência. Quando falaram das Oficinas por Segmentos, deve-se registrar que elas trarão contribuições ao Caderno de Propostas, o qual será o texto base para a Conferência. Frisou que as Oficinas dos Segmentos também serão os espaços para a eleição das entidades e movimentos de cada segmento que poderão participar da conferência.

Glória Brandão (Poder Público) informou que o documento apresentado (Edital de Chamada Pública) é um documento base e que pode ser aprimorado.

Inamara Melo (Poder Público) solicitou que se convide mais mulheres para garantir suas presenças nesses espaços, a fim de assegurar a paridade de gênero. Ela propõe a paridade de gênero nesse debate da conferência. Então, em função disso, entende que as entidades conseguirão fazer com que suas militantes mulheres estejam presentes e sejam indicadas.

Ronaldo Coelho (HABITAT) concordou com a proposta de Inamara e questionou se ela era linear para o Poder Público e demais segmentos.

Inamara Melo (Poder Público) respondeu que sim.

Sandra (OAB) questionou se, ao se desistir das vagas, não se mexerá na proporcionalidade do conselho já estipulada em lei.

Inamara Melo (Poder Público) compreende a preocupação da OAB, mas entende como cômodo a oportunidade de as mulheres não se apresentarem. Pontua que trabalhar por essa equidade é um desafio, havendo um esforço coletivo imaginando que a universidade e que os conselhos, que têm um grande número de mulheres, podem assumir essas vagas. Também expôs que nos movimentos sociais há muitas companheiras e lutadoras que podem e devem estar presentes nesse processo.

8



### CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

#### Ata da 11ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Na ocasião, solicitou que cada segmento se empenhe nessa articulação para garantir essa equidade de gênero.

Rodrigo Barbosa (Coque) levantou a questão do LGBT.

Danielle Rocha (UFPE) pediu que, durante a Conferência, as pessoas possam indicar em sua inscrição se existe alguma necessidade especial e se levará criança, a fim de se garantir a participação, mediante a prestação de serviços e apoios técnicos.

O GT solicitou brinquedoteca.

Glória Brandão (P. Público) informou que a SEPLAN irá enviar a programação/calendário das oficinas por segmento para os conselheiros e irá publicá-la nos sites.

Inamara Melo (Poder Público) solicitou que a redação da paridade de gênero seja garantida.

Ficou alinhado que se forem colocar as regras agora a indicação dos delegados ficará engessada, então foi solicitado que essa decisão seja tomada na própria oficina por segmento.

Na ocasião, Glória Brandão (Poder Público) questionou se estava pactuado o documento construído durante a reunião e foi informado pelo grupo que sim.

Degenildo Trajano (PREZEIS) solicitou que a Oficina por Segmento dos Movimentos Populares aconteça no turno da noite e a gestão informou que irá verificar a possibilidade.

#### Conselheiros presentes que integram o GT para a Construção do Regimento da Conferência:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
João Domingos (Poder Público) - Titular	
Glória Brandão (Poder Público) - Suplente	
Fernando de Alcântara (Poder Público) - Titular	
Inamara Melo (Poder Público) - Titular	
Sandra Nunes (Poder Público) - Suplente	
Alexandre Ramos (Poder Público) - Suplente	
Norah Neves (Poder Público) - Titular	

**CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE**  
**Ata da 11ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL**

Luciana Felix (Poder Público) - Suplente	<i>Luciana Felix</i>
Emília Avelino (Poder Público) - Titular	
Sandra Pires (OAB/PE) - Titular	
Cristiana Correia (CAU/PE) - Titular	<i>Cristiana Correia</i>
Ronaldo Coelho (HABITAT) - Titular	<i>Ronaldo Coelho</i>
Danielle Rocha (UFPE) - Titular	<i>Danielle Rocha</i>
João José (MLPC/PE) - Suplente	
Giancarlo Costa dos Lírios (MLRT) - Titular	
Rodrigo Barbosa (Coque) - Titular	
Degenildo Trajano (Titular) - PREZEIS	<i>Degenildo Trajano</i>

  
  
  
